



Câmara Municipal de Linhares

DIAGNÓSTICO ESTRUTURAL

Presidência:
Vereador Roque Chile



Biênio 2021/22

OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO

2

Geral:

- Identificar os pontos críticos relacionados à gestão dos recursos da Câmara Municipal de Linhares, uma vez que não houve processo de transição da gestão anterior para gestão atual.

Específicos:

- Identificar a estrutura da folha de pagamentos;
- Identificar o estado da estrutura física do prédio;
- Identificar o estado e funcionalidade da Tecnologia da Informação;
- Identificar questões administrativas que impeçam a aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.



Os esforços são para identificar as lacunas dentro da gestão. Não estamos numa caça às bruxas, nem com intuito de desmerecer gestões anteriores. O futuro construímos juntos todos os dias.

FOLHA DE PAGAMENTO

3

 Custo total da folha em 2020

R\$ 9.241.907,24

JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Salários: R\$ 8.827.862,78

Horas Extras: R\$ 239.692,06

Adic. Escol.: 148.669,92*

Gratificações: 102.143,87

*Previsto no Art. 31 da Lei 3.834/2019

Controladoria Geral

Fonte: Relatório de lançamentos específicos, Relatório de folha de pagamento.



A média da folha de pagamento gira em torno de 720 mil mensais, todavia, o poder público é muito mais exigido em métodos, processos e prestações de contas do que a iniciativa privada. Com apoio dos demais vereadores vamos racionalizar o uso dos recursos, inclusive humanos para que possamos extrair o máximo de resultados da estrutura. Sendo assim, eliminaremos regalias e proporcionaremos benefícios justos e compatíveis com as contribuições dadas.

FOLHA DE PAGAMENTO

4

 Custo total da folha em 2020

R\$ 9.241.907,24



Controladoria Geral

Fonte: Relatório de lançamentos específicos, Relatório de folha de pagamento.

 Câmara Municipal
de Linhares

Neste primeiro momento estamos avaliando a real necessidade de horas extras para que se execute o trabalho do dia-a-dia. Avaliar a real necessidade de horas extras passa pela seguinte análise: O processo está correto e adequado? Qual o tempo e demanda de atividades de servidores precisa? As ferramentas, tecnologia e conhecimento são favoráveis para o cumprimento das rotinas no seu tempo hábil? Após este estudo é possível identificar o motivo pelo qual se fazem necessárias tantas horas extras. O investimento em tecnologia e capacitação também ajudam a tornar os processos mais ágeis e a dar qualidade de vida ao servidor público.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

5

JANEIRO 2020



IMPLICAÇÕES:

- Retenção do conhecimento ao invés de compartilhamento;
- Paralisação da estrutura a cada mandato;
- Processos incompletos ou ineficientes;
- Ambiente fértil para o ASSÉDIO MORAL;
- Baixa produtividade.

Controladoria Geral

Fonte: Relatório de lançamentos específicos, Relatório de folha de pagamento.



Há uma real disparidade entre a quantidade de servidores comissionados e efetivos, o que a cada 2 anos causa um impacto na operação da própria câmara. Com a capacitação, reestruturação de processos, delegação de responsabilidades e respeito as normativas e leis, o conhecimento ficará dentro da própria câmara|. Os servidores públicos, por meio das instruções normativas são os guardiões desse conhecimento independente de quem está na gestão da casa de leis. Isso permite que os vereadores trabalhem com mais tranquilidade, fiscalizando, propondo soluções adequadas às necessidades da população.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6



- Inexistência de uma política de segurança da informação;
- Inadequação à **Lei Geral de Proteção de Dados LGPD**;
- Site da Câmara instável e parece confuso ao cidadão;
- Telefonia obsoleta e inoperante;
- Infraestrutura tecnológica insuficiente para as demandas;
- Ausência de helpdesk (agendamento e medição das solicitações aos técnicos.)
- Ausência de Wireless aberto e protegido.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores, diligência da controladoria.



Tecnologia da Informação é um tema delicado pois envolve adequação humana e do que já está funcionando, bem como dos custos e tempo envolvidos no processo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7



- Inexistência de uma política de segurança da informação;
- Inadequação a Lei Geral de Proteção de Dados LGPD;
- Telefonia obsoleta e inoperante;
- Site da Câmara instável e parece confuso ao cidadão;
- Infraestrutura tecnológica insuficiente para as demandas.

Controladoria Geral
Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores.

IMPLICAÇÕES:

- Risco de perda de dados;
- Risco de invasão por Hackers;
- Risco de atentados internos;
- Risco de vazamento de informações;
- Risco de paralisação total dos sistemas;
- Morosidade na execução das tarefas;
- Falta de apoio aos vereadores;
- Favorece a falta de transparência;
- Favorece o uso indevido (jogos, pornografia, filmes, etc)
- Baixa produtividade.



Hoje não basta somente possuímos computadores e conexão com a internet para atender as demandas do poder público. São necessários uma série de elementos e ferramentas que garantam a segurança da informações, a funcionalidade e regularidade dos sistemas. Rever toda estrutura e adequar aos novos conceitos que proporcionam mais segurança, menos dependência da interferência humana na identificação de problemas é fundamental. Hoje a câmara tem dificuldade de inovar em função da estrutura de tecnologia da informação não suportar o básico. Para tanto desenvolveremos um planejamento estratégico contemplando, na medida das disponibilidades financeiras e humanas o investimento nessa modernização.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

8



- Ausência do Plano de Prevenção aos Riscos Ambientais - PPRA;
- Ausência do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Ausência de programa de treinamentos nos softwares de controle.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores e solicitação direcionada à direção geral.

As pessoas são a base de tudo nas organizações, desse modo a qualidade de vida do servidor deve ser avaliada de forma justa e imparcial.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

9



- Ausência do **Plano de Prevenção aos Riscos Ambientais - PPRA**;
- Ausência do **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO**;
- Ausência de programa de treinamentos nos softwares de controle.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores e solicitação direcionada à direção geral.

IMPLICAÇÕES:

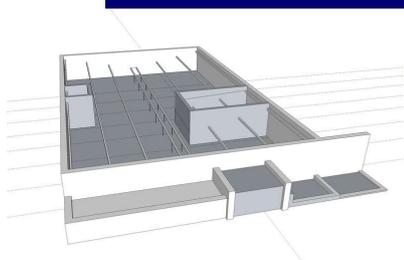
- Riscos para saúde ocupacional do servidor;
- Falta de definição para o uso dos EPIs – Equipamentos de Segurança Individual;
- Riscos de problemas futuros para aposentadoria dos servidores da câmara;
- Risco de contração de passivo trabalhista pela câmara.



Hoje o cenário não é favorável, da mesma forma que há distorções na concessão de horas extras e gratificações, as quais serão resolvidas dentro da legalidade, o direito ao ambiente salubre e as ferramentas para que isso aconteça não estão presentes. Estamos firmes no intento de garantir a qualidade de vida, os direitos e garantindo a equidade. Eliminar as regalias para poucos e estabelecer os direitos e benefícios justos é fundamental.

ESTRUTURA FÍSICA E SEGURANÇA

10



- Rachaduras por todo o prédio;
- Problemas de acessibilidade;
- Desorganização das finalidades dos ambientes;
- Falta de manutenção preventiva e corretiva da estrutura;
- Sistema de câmeras inoperante.
- Inexistência de um Plano de Abandono de Edificações, treinamento e devida implementação de procedimentos de prevenção de incêndios.
- Não possui nenhuma política de reciclagem ou de sustentabilidade ambiental.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento in loco pela equipe da controladoria.



O ambiente de trabalho seguro é o mínimo que uma organização deve oferecer aos seus trabalhadores, no serviço público não deve ser diferente. Apesar de possuir menos de 10 anos a estrutura da CML está com uma série de pendências a serem resolvidas. A manutenção deve ser constante e eficaz, do contrário, dentro de pouco tempo não oferecerá nem condições aos legisladores e servidores trabalharem com segurança.

ESTRUTURA FÍSICA E SEGURANÇA

11



Controladoria Geral

Fonte: Levantamento in loco pela equipe da controladoria.



Os problemas de estrutura física do prédio demandarão uma grande atenção. Identificamos os danos, mas é preciso de uma análise específica para saber o quanto estes danos são profundos e qual o seu nível de risco aos que aqui trabalham.

OUVIDORIA

12



- Ausência de telefone específico para ouvidoria;
- Ausência de local adequado para ouvidoria;
- Ausência de divulgação ativa do canal;
- Respostas evasivas que desestimulam e descredibilizam o processo.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores e solicitação direcionada à direção geral.



A ouvidoria segue padrões e não identificamos sua eficiência e eficácia. Estamos no esforço de reestruturá-la, juntamente com os processos de transparência, ambos estão atrelados a disponibilidade da tecnologia da informação e de telefonia.

COMUNICAÇÃO

13



- Ausência de um plano de comunicação interno;
- Ausência de um plano de comunicação da Câmara para a sociedade;
- Ausência de Manual de Identidade Visual.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores e solicitação direcionada à diretoria de comunicação.

O trabalho da câmara está na maioria das vezes além do Palácio legislativo. Aqui compilam-se as ideias, desse modo mostrar para sociedade o quanto estamos trabalhando, justificando o motivo pelo qual fomos eleitos. Estamos vivendo tempos de profundas transformações e essa casa não pode estar alheia a elas.

PATRIMÔNIO E BENS

14



- Existência de bens baixados e danificados sem destinação;
- Bens baixados que não se encontravam na CML;
- Processos ligados aos bens que não incluíam o parecer e controle do patrimônio.

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores e solicitação direcionada à direção geral.

Os bens públicos devem ser tratados ainda com mais respeito, pois são resultado dos esforços de cada cidadão. Cada item do patrimônio é mais do que mero número, é a concretização da estrutura para atender às demandas da população. Para tanto serão auditados os processos e estabelecidas aquisições quando necessário, mas com critérios rígidos e transparentes.

CERTIDÕES E MULTAS

15



Multa pela falta de envio da DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	
02 PERÍODO DE APURAÇÃO	22/03/2016
03 NÚMERO DA DCTF OU DARF	01 975 290/0001-51
04 CÓDIGO DA RECEITA	1345
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	04/01/2021
07 VALOR DO PRINCIPAL	500,00
08 VALOR DA MULTA	0,00
09 VALOR DOS JUROS E OUTROS ENCARGOS DO USUÁRIO	0,00
10 VALOR TOTAL	500,00
11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Documento não há a ser pago)	

Controladoria Geral

Fonte: Levantamento junto à equipe de servidores e solicitação direcionada à direção geral.

Os vereadores, com exceção do presidente da casa não estão ligados as tarefas diárias, senão não teriam condições de representar o povo, desse modo é que precisamos de uma organização interna eficiente e eficaz para evitar problemas como este. O fato de não transmitir prestações de contas ou dados para Receita Federal podem gerar uma série de inconvenientes que vão além das multas.

PRÓXIMOS PASSOS

16

GASTOS

Identificar, analisar, cortar.

Sem prejudicar a operação.

INVESTIMENTOS

Avaliar a necessidade e proceder.

Com critérios bem definidos

CONTRATOS

Identificar, analisar, rescindir.

Sem prejudicar a operação.

PLANEJ. ESTRATÉGICO

1. Missão
2. Visão
3. Valores
4. Objetivos
5. Metas
6. Plano tático



ATENÇÃO ESPECIAL

Contratos

Folha de pagamento

Gastos correntes

Tecnologia da Informação

Posicionamento

Comunicação com a sociedade

Este levantamento é apenas para nos nortear, tanto que tomamos medidas emergenciais para “estancar” possíveis sangramentos. Depois de tomarmos pé de toda situação desenvolveremos nosso planejamento estratégico. A maior parte das ações está ligada ao que deveria ser feito e não foi, sendo assim, primeiro reestabeleceremos a operação e depois avançaremos para desafios maiores.

OBRIGADO

